

**PROCESSO: 6018.2018/0045008-1**

COORDENADORIA DE PARCERIAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE  
DEPARTAMENTO DE CONTRATOS DE GESTÃO E CONVÊNIOS  
HOSPITAL MUNICIPAL DO M'BOI MIRIM  
ORGANIZAÇÃO SOCIAL SÃO PAULO  
BALANÇO PATRIMONIAL 2017 - CEJAM - CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DR. JOÃO AMORIM

Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - Hospital Municipal M'Boi Mirim											
CNPJ nº 66.518.267/0008-50											
Demonstrações Financeiras											
Balança Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (em Reais)					Demonstração do Resultado do Período Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (em Reais)						
Ativo	Notas	2018	2017	Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2018	2017	Receitas Líquidas	Notas	2018	2017
<b>Ativo Circulante</b>											
Caixa e Fundo Fixo de Caixa	4	2.100,00	2.100,00	Fornecedores	10	5.127.074,87	5.790.160,04	Contrato de Gestão	17	170.536.757,57	158.374.292,59
Bancos - Contas Movimento	5	25.866,70	17.170,79	Obrigações Trabalhistas	11	5.318.428,32	5.050.584,02	Realização de Bens			
Adiantamentos a Fornecedores		25.314,72	223.096,07	Obrigações Sociais e Fiscais	12	4.127.252,58	4.052.625,88	Públicos em nosso poder		1.044.324,10	765.594,44
Adiantamentos a Empregados	6	498.934,72	320.388,49	Empréstimos Bancários	13	9.393.738,75	7.856.015,01	(-) Repasse Destinado			
Impostos Recuperáveis		2.865,18	2.865,18	Contas a Pagar		537.887,20	744.328,51	Aquisições do Imobilizado	3.h	(24.845,80)	-
Créditos do Contrato de Gestão		3.400.000,00	-	Provisões para Férias e Encargos		9.804.471,67	9.406.997,47	<b>Custos</b>		<b>(163.240.623,94)</b>	<b>(156.809.681,03)</b>
Estoques	7	2.020.542,45	1.606.578,44	<b>Passivo Não Circulante</b>		<b>34.308.853,39</b>	<b>32.900.710,93</b>	Pessoal e Reflexo	19	(108.430.072,27)	(103.446.979,70)
Despesas Antecipadas		157.781,96	160.738,85	Provisões para Contingências	14	864.810,84	322.210,84	Serviços Terceirizados	20	(31.521.233,56)	(32.021.990,08)
		<b>6.133.405,73</b>	<b>2.332.937,82</b>	Recursos Governamentais a Realizar		1.500.000,00	-	Medicamentos e			
<b>Ativo Não Circulante</b>											
Imobilizado	8	3.748.419,72	4.922.040,51	Bens Públicos em nosso poder	15	3.822.317,23	5.000.692,38	Materiais de Consumo	21	(23.289.318,11)	(21.340.711,25)
Intangível	9	73.897,51	78.651,87	<b>Patrimônio Líquido Negativo</b>		<b>6.187.128,07</b>	<b>5.322.903,22</b>	Custo da CPP			
		<b>3.822.317,23</b>	<b>5.000.692,38</b>	Patrimônio Social		(30.889.983,95)	(26.671.962,64)	(Contr. Previdenciária Patronal)	26	(26.890.023,08)	(25.265.507,33)
<b>Total do Ativo</b>		<b>9.955.722,96</b>	<b>7.333.630,20</b>	Superávit (Déficit) do Exercício		349.725,45	(3.978.547,15)	(-) Isenção da CPP Usufruída	26	26.890.023,08	25.265.507,33
				Transferências Patrimoniais		-	(239.474,16)	<b>(=) Resultado Bruto</b>		<b>7.296.133,63</b>	<b>1.564.611,56</b>
								<b>Resultado Financeiro</b>	18	<b>(938.804,83)</b>	<b>(521.190,24)</b>
								Receitas Financeiras		37.411,98	312.913,93
								(-) Despesas Financeiras		(976.216,81)	(834.104,17)
								<b>Superávit / (Déficit) do Exercício</b>		<b>349.725,45</b>	<b>(3.978.547,15)</b>
								<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (em Reais)</b>			
								<b>Atividades Operacionais</b>		<b>2018</b>	<b>2017</b>
								Superávit / (Déficit) do Exercício		349.725,45	(3.978.547,15)
								(Aumento) ou Redução do Ativo			
								Adiantamentos a Fornecedores		197.781,35	45.774,30
								Adiantamentos a Empregados		(178.546,23)	87.651,23
								Impostos Recuperáveis		-	-
								Outros Créditos		(3.400.000,00)	247.171,55
								Estoques		(413.964,01)	2.706,58
								Despesas Antecipadas		2.956,89	(34.289,48)
								Aumento ou (Redução) do Passivo			
								Fornecedores		(663.085,17)	673.418,11
								Obrigações Trabalhistas		267.844,30	709.230,37
								Obrigações Sociais e Fiscais		74.626,70	893.817,14
								Provisões para Férias e Encargos		397.474,20	957.389,54
								Provisões para Contingências		542.600,00	(180.500,00)
								Outras Obrigações		1.293.558,69	244.086,94
								<b>Caixa líquido gerado</b>		<b>(1.529.027,83)</b>	<b>(332.090,87)</b>
								<b>Atividades de Financiamento</b>			
								Atividade de Imob/Intang. Pertencente			
								a Gestão Pública		24.845,80	-
								<b>Caixa líquido consumido nas</b>		<b>24.845,80</b>	<b>-</b>
								<b>Atividades de Financiamento</b>		<b>24.845,80</b>	<b>-</b>
								Recebimento de Numerário para			
								Aquis. de Imobilizado		(24.845,80)	-
								Recebimento(Pagamento)de Empréstimos		1.537.723,74	585.677,14
								Incorporação ao Patrimônio Líquido		-	(239.474,16)
								<b>Caixa líquido consumido</b>		<b>1.512.877,94</b>	<b>346.202,98</b>
								<b>nas Atividades de Financiamento</b>		<b>1.512.877,94</b>	<b>346.202,98</b>
								<b>Variação Líquida nas Disponibilidades</b>		<b>8.695,91</b>	<b>14.112,11</b>
								<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>			
								Disponibilidades no Início do Exercício		19.270,79	5.158,68
								Disponibilidades no Final do Exercício		27.966,70	19.270,79
								<b>Variação Líquida nas Disponibilidades</b>		<b>8.695,91</b>	<b>14.112,11</b>
								<b>12. Obrigações Sociais e Fiscais:</b>			
										<b>2018</b>	<b>2017</b>
								INSS a Recolher		457.350,80	811.994,72
								FGTS a Recolher		1.082.096,13	880.867,10
								Contribuições Sindicais e			
								Assistenciais a Recolher		3.839,45	3.293,73
								IRRF a Recolher		2.482.209,03	2.262.714,79
								CSRF a Recolher		59.853,29	74.406,21
								INSS Retido de PJ a Recolher		24.694,04	13.170,84
								ISS Retido na Fonte a Recolher		17.209,84	6.178,49
										<b>4.127.252,58</b>	<b>4.052.625,88</b>
								<b>13. Empréstimos Bancários:</b>			
										<b>2018</b>	<b>2017</b>
								Banco Bradesco S.A. (Conta Garantida)		-	1.716.892,39
								Banco Santander S.A. (Conta Garantida)		9.393.738,75	6.139.122,62
										<b>9.393.738,75</b>	<b>7.856.015,01</b>
								A entidade possui contrato de conta garantida (capital de giro) com os Bancos Bradesco e Santander, com limites máximos de R\$ 4.000.000,00 e R\$ 7.500.000,00, respectivamente, para garantir suas operações em caso de insuficiência de caixa. A taxa juros pós-fixadas equivale a 0,59% a.m. no Bradesco e 0,55% a.m. no Santander, acrescida do CDI.			
								<b>14. Provisões para Contingências:</b>			
										<b>2018</b>	<b>2017</b>
								Provisões para Contingências Trabalhistas		864.810,84	322.210,84
										<b>864.810,84</b>	<b>322.210,84</b>
								A entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes para esta filial, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. As provisões foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da entidade quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive, quando for o caso, os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A entidade adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos. A entidade, com relação a esta filial, figura em outros processos trabalhistas e cíveis avaliados com perda possível no montante de R\$ 200.000,00, sem provisão contábil constituída, estando assim distribuídos:			
								<b>Processos com Perda Possível</b>			
								De natureza Trabalhista		240.000,00	240.000,00
								<b>15. Bens Públicos em Nosso Poder:</b> A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R\$ 3.822.317,23 em 2018 e R\$ 5.000.692,38 em 2017, refere-se aos valores recebidos da Secretaria Municipal de Saúde para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao município quando do término dos contratos de gestão ou convênios. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo. <b>16. Receitas Operacionais Líquidas:</b> A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente a nova norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço. Como historicamente é efetuado pela Entidade, foi constituída a conta de Créditos a Receber, com nota explicativa própria, para os casos de serviços prestados, faturados ou não (na norma, estabelecida como "saldo de contrato"). Não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevante, exceto pelas glosas efetuadas pelos Contratos de Gestão, e que também estavam contempladas nas provisões para perdas, quando aplicável, no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber, com base nos dados históricos. <i>continua</i>			

**1. Contexto Operacional:** O Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com os Estatutos Sociais originais devidamente registrados no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, concedido por esse mesmo órgão, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83. O CEJAM qualificado como Organização Social, em parceria com a Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein - SBI-BAE, através do Contrato de Gestão nº 004/2008 SMS.G/NTCSS firmado com a Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo em 07 de fevereiro de 2008, vem desenvolvendo ações e serviços de saúde no Hospital Municipal M'Boi Mirim ("Hospital Municipal Dr. Moysés Deutsch") com a missão de acolher a população da região, prestando assistência humanizada e eficiente, em conformidade com os princípios do SUS, e contribuir para o Sistema de Saúde. Em 07 de fevereiro de 2011, através do Termo Aditivo nº 006/2011 SMS.G/NTCSS, ocorreu a renovação do prazo de vigência do contrato por mais três anos. No exercício de 2015 sua prorrogação ocorreu através do Termo Aditivo nº 012/2015 até 06 de agosto de 2015 e através do Termo Aditivo nº 013/2015 até 31 de dezembro de 2015. Para o exercício de 2016, o Termo Aditivo nº 018/2016-SMS.G/NTCSS, de 14 de abril de 2016, prorroga o prazo de vigência do contrato de gestão até 31 de dezembro de 2016, com recursos para custeio, no montante anual de R\$ 154.620.977,02. Para o exercício de 2018, o Termo Aditivo nº 22/2017-SMS.G/NTCSS, de 12 de dezembro de 2017, prorroga o prazo de vigência do contrato de gestão até 31 de março de 2018, com recursos para custeio, no montante anual de R\$ 38.053.908,27. Em 29 de março de 2018, através do Termo Aditivo nº 023/2018-SMS.G/NTCSS, ocorreu a renovação até de 31 de dezembro de 2018, com recursos no montante de R\$ 125.863.371,00. A Entidade, para fazer frente ao déficit e patrimônio líquido negativo, vem buscando a manutenção e repactuação da parceria municipal, bem como, ações para a redução de seus custos, garantindo assim a continuidade das operações da Entidade. As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar em atividade.

**2. Bases de Preparação das Demonstrações Contábeis:** **2.a) Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreende as disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução n.º 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 (R1), e a lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispôs sobre a certificação das entidades beneficiadas de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros, especialmente entidades beneficiadas de assistência social. As mudanças introduzidas pela adoção às novas normas contábeis CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros e CPC 47/IFRS 15 Receita de Contrato com Clientes não afetaram significativamente as políticas contábeis e suas aplicações a partir de 1º de janeiro de 2018 não causaram efeito nos saldos contábeis apresentados e comparativos, de abertura. **2.b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. **2.d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **3. Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.a) Instrumentos financeiros:** • **Ativos financeiros não derivativos:** a entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis. • **Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. • **Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2018 e 2017. **3.b) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas. **3.c) Imobilizado:** • **Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. • **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de

gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2017 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2016. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Beneficentários: 3 anos; • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Equipamentos de uso médico: 10 anos; • Aparelhos e instrumentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos. **3.d) Intangível:** • **Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. **3.e) Redução ao valor recuperável (impairment):** • **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. **3.f) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.g) Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1. **3.h) Receitas:** As receitas da entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **3.i) Despesas:** As despesas da entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. **3.j) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrang